

AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA FEIRA DA LUA NO MUNICÍPIO DE BOITUVA - SP

FAMILY FARMING: A CASE STUDY AT THE FEIRA DA LUA IN THE MUNICIPALITY OF BOITUVA - SP

Éllen Fernanda Gomes de Souza ¹
Adriana de Oliveira Pires ²
Flávio Aparecido Pontes ³

RESUMO

O presente trabalho se deteve a averiguar a importância da feira da lua, localizada no município de Boituva- SP, para os produtores de frutas, legumes e verduras (FLV) da região. O objetivo geral deste trabalho foi verificar, entre os feirantes, a proporção de agricultores familiares e caracterizar, em linhas gerais, o perfil desse grupo, após o Decreto nº 2.944 que regulamenta as feiras livres em Boituva desde janeiro de 2024. A abordagem desse estudo foi considerada uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica, estudo de campo e estudo de caso. A averiguação foi feita a partir da análise dos dados coletados qualitativamente, *in loco*, compondo um estudo de caso, a partir de um questionário aplicado a todos os feirantes que comercializavam FLV na feira da lua em 10 de maio de 2024. As feiras livres têm grande importância para a comercialização de produtos FVL e para os agricultores familiares, a maioria das famílias vivem exclusivamente do plantio e venda dos produtos.

Palavras-chaves: agricultura familiar; feira livre; comercialização.

RESUMEN

Este trabajo se centró en investigar la importancia de la feria da lua, ubicada en el municipio de Boituva-SP, para los productores hortofrutícolas (FLV) de la región. El objetivo general de este trabajo fue verificar, entre los comerciantes, la proporción de agricultores familiares y caracterizar, en términos generales, el perfil de este grupo, siguiendo el Decreto N° 2.944 que regula los mercados al aire libre en Boituva desde enero de 2024. Este enfoque El estudio fue considerado una investigación cualitativa, descriptiva, bibliográfica, de campo y de caso. La investigación se realizó a partir del análisis de datos recopilados cualitativamente, *in situ*, componiendo un

¹ Mestra em Administração Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Professora Substituta – IFSP – Boituva.

² Doutora em Biologia/Genética. Professora Substituta – IFSP – Boituva.

³ Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Professor Efetivo – IFSP – Boituva.

estudio de caso, a partir de un cuestionario aplicado a todos los vendedores ambulantes que vendieron FLV en la Feira da Lua el 10 de mayo de 2024. Los mercados libres

tienen gran importancia para la comercialización de productos FVL y para los agricultores familiares, la mayoría de las familias viven exclusivamente de la siembra y venta de los productos.

Palabras clave: agricultura familiar; mercado libre; marketing.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the importance of the Feira da Lua, located in the municipality of Boituva- SP, for producers of fruits, vegetables and greens (FLV) in the region. The general objective of this study was to verify, among the market vendors, the proportion of family farmers and to characterize, in general terms, the profile of this group, after Decree No. 2,944, which regulates street markets in Boituva since January 2024. The approach of this study was considered a qualitative, descriptive, bibliographic research, field study and case study. The investigation was carried out based on the analysis of data collected qualitatively, *in loco*, composing a case study, based on a questionnaire applied to all market vendors who sold FLV at the Feira da Lua on May 10, 2024. Street markets are of great importance for the commercialization of FVL products and for family farmers, most families live exclusively from planting and selling products.

Keywords: family farming; free fairs; .

1 INTRODUÇÃO

Segundo o mais recente anuário estatístico de agricultura familiar (CONTAG, 2023), no Brasil, os agricultores familiares são representados por homens e mulheres de todas as raças e idades, como quilombolas, indígenas, assentados e reassentados que atuam na água, no campo e/ou na floresta praticando a aquicultura, pesca artesanal, silvicultura, extrativismo ou a agricultura. Nota-se, assim, o caráter diverso dessa atividade que se desenvolve a partir de diferentes identidades, modos de vida e produção. Apesar dos possíveis significados que a “agricultura familiar” tomou ao longo das últimas décadas, conectados ou não às linhas de estudo que procuraram e procuram entender a abrangência econômica, social e política das atividades desse grupo, os agricultores familiares desde sempre exerceram atividades imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade.

A agricultura familiar brasileira representa a oitava maior produtora de alimentos do mundo e, no Brasil, responde por 23% do valor bruto da produção agropecuária e por 40% da renda da população economicamente ativa. Está presente nas cinco regiões do Brasil, ocupando 23% do território nacional, sendo que 46,6% dos estabelecimentos se encontram no Nordeste, 16,5% no Sudeste, 16% no Sul, 15,4% no Norte e 5,5% no Centro-Oeste (CONTAG, 2023).

Pode-se afirmar que na agricultura familiar além de deter uma relação de apropriação com o estabelecimento rural e dos meios de produção, a família se responsabiliza totalmente ou pela maior parte do trabalho produtivo realizado no âmbito da propriedade (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1998; LAMARCHE 1993; WANDERLEY, 1999; BLUM, 1999).

Entre os muitos desafios encontrados pelos agricultores encontra-se a comercialização de seus produtos. Como respondem a uma lógica de produção diferente do agronegócio, não apresentam o mesmo poder que este em acordar valores com seus fornecedores nem com o mercado que compra seus produtos. Nesse jogo de forças, além das políticas públicas, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que são pensadas de maneira a estimular o consumo dos produtos desse setor, torna-se essencial dirimir a ação de atravessadores, dando preferência aos circuitos curtos de comercialização (PONTES, 2020).

A comercialização direta em feiras livres, em pontos de venda ou em feira de pequenos agricultores representa parte dos circuitos curtos e é uma possibilidade de excluir atravessadores e intermediários da negociação, deixando frente a frente produtores e consumidores. Nesse âmbito, o presente trabalho se deteve a averiguar a importância da feira da lua, localizada no município de Boituva- SP, para os produtores de frutas, legumes e verduras (FLV) da região, levantando-se como objetivo geral verificar, entre os feirantes, a proporção de agricultores familiares e caracterizar, em linhas gerais, o perfil desse grupo, após o Decreto nº 2.944 que regulamenta as feiras-livres em Boituva desde janeiro de 2024.

A averiguação foi feita a partir da análise dos dados coletados qualitativamente, *in loco*, compondo um estudo de caso, a partir de um questionário aplicado a todos os feirantes que comercializavam FLV na feira da lua em 10 de maio de 2024.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A importância da feira local para a Agricultura familiar no Município de Boituva – SP

Assim como as diversas nomenclaturas utilizadas para se referir aos agricultores familiares - pequenos produtores, produtores familiares ou de baixa renda, agricultores de subsistência, entre outros – o próprio conceito de agricultura familiar vindo se modificando ao longo do tempo, como podemos observar a partir do trabalho de diferentes autores como Veiga (1991), Lamarche (1993), FAO/INCRA (1994), Abramovay (1998), Seyferth (2011), Nierdele *et al.* (2014), Fossá e Renk (2021).

Considerando que o conceito de agricultura familiar não é único e se transforma continuamente respondendo às dinâmicas do ambiente no qual se insere (FOSSÁ e RENK, 2021), torna-se evidente que seu estabelecimento, significado e fortalecimento sofrem influências do jogo de forças políticas que se dá nas diferentes esferas das quais essa atividade depende.

O papel de importância como setor estratégico para o desenvolvimento rural passa a se estabelecer a partir da década de 1990 quando da publicação de diferentes artigos que abordavam o papel dado à agricultura familiar por países de capitalismo avançado (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1998 e LAMARCHE,1993) e a partir da construção de um significado comum para “agricultura familiar” obtido, tanto pela ação

dos movimentos sociais do campo - ligados, principalmente, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) - quanto pelos estudos desenvolvidos em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - que resultaram no relatório, publicado em 1994, que abordava as “diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável” (AZEVEDO & PESSÔA, 2011).

O relatório da FAO/INCRA caracteriza as atividades da agricultura familiar em oito aspectos principais: i) trabalho e gestão intimamente relacionados; ii) direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos agricultores; iii) ênfase na diversificação; iv) ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida; v) trabalho assalariado é apenas complementar; vi) decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo; vii) decisões tomadas *in loco* condicionadas pelas especificidades do processo produtivo; viii) ênfase no uso de insumos internos (FAO; INCRA, 1994).

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que a agricultura familiar apresenta grande diversidade em seu interior, havendo segmentos que apresentam diferentes organização socioeconômica e características próprias, conseqüentes de sua dispersão geográfica (IICA, 2016). Além das questões produtivas ressaltam-se as multiplicidades de perspectivas e de atores sociais envolvendo laços sociais e de parentesco que conectam indivíduos e suas organizações (ABRAMOVAY, 2003; FIDA 2014), o que reforça que a agricultura familiar deve ser entendida, na sua completude, em suas dimensões econômica, social, ambiental e política.

Segundo Fossá e Renk (2021), as características essenciais da agricultura familiar não rompem totalmente com as heranças do passado, assim como não se moldam exclusivamente às condições atuais do presente. Os conhecimentos, a cultura, o comportamento social e econômico são aspectos transmitidos de geração a geração, caracterizando, assim, processos contínuos. Quanto à forma de organizar a produção, as técnicas e métodos utilizados, bem como a forma de interagir com os mercados é resultado de processos descontínuos que inserem o agricultor familiar em uma nova forma de interação com a sociedade.

A partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) assegura ao

agricultor a condição de pertencer ao segmento da agricultura familiar. A referida declaração constitui-se como requisito para acesso aos programas específicos de apoio a essa categoria. Entretanto, somente em 2006, por meio da Lei Federal n. 11.326, foram estabelecidas as diretrizes que determinam as condições e os critérios para o enquadramento de agricultores no segmento familiar (Art. 3º da Lei n. 11.326/2006): i) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha pelo menos 50% da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para além dos agricultores historicamente classificados como tal, a Lei Federal n. 11.326/2006 considera agricultores familiares os seguintes grupos: i) Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; ii) Aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; iii) Extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; iv) Pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; v) Povos indígenas que atendam aos requisitos previstos no Art. 3º da referida lei; vi) Povos integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no Art. 3º da referida lei; vii) Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; viii) Aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede (BRASIL, 2006).

Ainda, entre os agricultores familiares, observa-se, atualmente, a maior escolarização de seus integrantes, como fruto do processo de escolarização obrigatória, ao contrário do que ocorria em gerações anteriores e há maior participação das mulheres na esfera da vida da propriedade levando a uma distribuição mais semelhante segundo sexo ou gênero (CONTAG, 2023).

A relação com o Estado não pode ser desprezada. Esse sujeito social com maior

grau de especialização e profissionalização se constrói com certa dependência perante o Estado, especialmente no que tange à questão agrícola de incentivos à produção, em economias capitalistas (LAMARCHE, 1993; VEIGA, 1991).

No Brasil, com o reconhecimento do valor estratégico da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, o segmento ganhou visibilidade e passou a contar com políticas públicas de fortalecimento e apoio após a criação do PRONAF, em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, a partir de 2016, após o impedimento de Dilma Rousseff, ao longo dos mandatos de Michel Temer e de Jair Messias Bolsonaro várias políticas públicas foram extintas e/ou tiveram significativo enxugamento dos recursos, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PRONAT) (FOSSÁ e RENK, 2021).

O PAA assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam políticas que procuram gerar incentivo aos agricultores favorecendo a comercialização de seus produtos, procurando dirimir um dos maiores entraves que a agricultura familiar encontra para se desenvolver.

De acordo com Pierri e Valente (2010), há quatro canais de comercialização para esses agricultores: i) vendas diretas: canais de venda direta ao consumidor final; ii) integração vertical: venda de produtos para beneficiamento; iii) vendas para distribuição: vendas para atacadistas e varejistas, por exemplo; iv) mercados institucionais: por exemplo, mercados criados pelo PAA e PNAE.

Considerando a alternativa de comercialização direta, a participação em feiras livres é essencial para o escoamento da produção dos agricultores familiares.

As feiras, sistema tradicional de varejo sem lojas físicas, ocorrem em instalações provisórias, as barracas montadas em vias públicas, localizadas em pontos estratégicos da cidade, em dias e horários predeterminados (MINNAERT, 2008). Representam um fenômeno sociocultural e econômico proveniente dos aglomerados de pessoas e barracas, donde são comercializados diversos tipos de produtos nas ruas (alimentos, roupas, sapatos, acessórios de casa, artesanato, etc.), com o intuito de oferecer mercadorias a preços mais baixos (PONTES, 2020).

No município de Boituva-SP, atualmente, existem 5 feiras livres, sendo que a maior delas ocorre há cerca de 50 anos. Algumas possuem apoio do governo local e

outras são geridas pelos próprios feirantes. De acordo com o Decreto nº 2.944, de 23 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a aprovação do regulamento das feiras livres no Município de Boituva onde há a definição seguinte:

“Entende-se por feira livre, um espaço comercial delimitado e demarcado com a finalidade de comercializar produtos hortifrúti granjeiros e varejistas licenciados, que deverão seguir os quesitos estabelecidos neste regulamento” (BOITUVA, 2024)

Esse Decreto determina, ainda, que as feiras livres já existentes ou que vierem a ser criadas, serão planejadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Parques e Desenvolvimento Sustentável (SMAPDS), ou outra que vier a substituí-la ou agregá-la, por intermédio da Divisão de Agronegócio, que organizará e estabelecerá a sua localização e o número de feirantes que cada uma comportará, em função da necessidade do bairro. Ainda segundo o Decreto, 25 % das vagas da feira são reservadas aos produtores rurais com isenção das taxas, desde que comercializem sua própria produção, comprovado através de vistoria pelo órgão competente da Prefeitura Municipal. Tal medida favorece a entrada desses agricultores nas feiras livres, criando um importante canal de escoamento de suas produções.

A área do município de Boituva já mostrava sua vocação como produtora agrícola quando ainda era habitada pelos povos Guaianazes e Carijós antes do século XIX. As primeiras produções que se tem informações são as culturas de tubérculo, milho e algodão que eram cultivadas por esses indígenas que se distribuíam pelas regiões de Porto Feliz e Sorocaba, respectivamente (IBGE, 2024).

A região que recebeu o nome de Boituva, que na língua Tupi Guarani significa 'muitas cobras' - devido ao grande número de espécies que havia no local - pertencia aos municípios de Sorocaba e Porto Feliz. Em 1906 a área foi transformada em distrito de Porto Feliz e, posteriormente, elevada à condição de município em 1937. Iperó, cidade vizinha, foi distrito de Boituva entre os anos de 1950 e 1964 quando foi elevado a município. A área que abrange Boituva e Iperó, originariamente ocupada por mata atlântica era conhecida por apresentar clima agradável e ser livre de enchentes o que favoreceu a instalação de produtores rurais (IBGE, 2024).

Atualmente, segundo o censo agro de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Boituva apresenta 11.271 hectares de área produtiva, que correspondem a 191 estabelecimentos agropecuários, dos quais 156 são dirigidos por

produtores individuais. São produzidos em Boituva soja, cana, milho, mandioca, goiaba, batata, abobora, abacaxi, uva, limão, banana, café, bovinos, caprinos, equinos, galináceos, suínos entre outros.

Considerando a vocação agrícola do município e a importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento rural, as feiras livres de Boituva podem ter significado relevante para o escoamento da produção e sustento desses agricultores.

2.2 METODOLOGIA

A abordagem desse estudo de acordo com Vergara (2013) é considerada uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica, estudo de campo e estudo de caso.

Para Martins e Theóphilo (2016) a avaliação é qualitativa quando ela é distinta pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. A pesquisa se deu como qualitativa, por meio da entrevista realizada aos comerciantes de FVL da feira da lua.

A atual pesquisa classifica-se como bibliográfica, dada a classificação de Vergara (2013) pois foram utilizados materiais como livros, artigos científicos e materiais disponíveis ao público para análise da base de pesquisa do nosso referencial teórico com as temáticas de agricultura familiar, feira livre, Decretos, Leis e informações sobre município de Boituva.

Dentro dessa perspectiva Martins e Theóphilo (2016) consideram que a pesquisa bibliográfica ganha qualidade, quando ela apresenta citações expressivas, garantindo assim o desenvolvimento da pesquisa apresentada e dialogando com os autores que se referem ao tema estudado. Quanto aos fins, Vergara (2013) classifica essa pesquisa como descritiva, pois delimitou-se a pesquisar a população de comerciantes de FVL que trabalham na feira da lua em Boituva – SP. Quando aos meios foi realizada pesquisa de campo, por meio de entrevistas com perguntas formuladas e estruturadas aos comerciantes de FVL da feira da Lua.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso só começa a ser descrito após uma pesquisa bibliográfica detalhada. Já Martins e Theóphilo (2016) delimitam o estudo de caso como a penetração na realidade social. Essa pesquisa, de acordo com Yin (2001), é um estudo de casos múltiplos, já que ao todo oito bancas destinadas ao comércio de FVL foram analisadas com a finalidade de verificar dentre os comerciantes, quantos

eram também agricultores familiares da feira da lua.

Para explicitar a pesquisa usamos os seguintes objetivos específicos: i) Revisar a partir de autores de impacto os conceitos envolvidos no tema “agricultura familiar”. ii) Entrevistar todos os vendedores de hortifruti da feira da Lua no Município de Boituva. iii) Analisar qualitativamente as respostas dadas ao questionário proposto, respondendo à pergunta-problema do trabalho.

Martins e Theóphilo (2016) detalham o trabalho de campo como a construção de um protocolo de caso, contendo a descrição dos instrumentos de coleta, estratégia e análise dos dados, sendo assim o que eles chamam de triangulação dos dados com a finalidade de construir uma teoria com a explicação do objeto de estudo.

A pesquisa iniciou com informações na Casa Agricultura de Boituva, o atendimento constituiu pelo senhor responsável pela divisão de agronegócios, que forneceu o Decreto nº 2.944 das feiras de Boituva e informações sobre a feira da Lua, objeto de estudo da pesquisa.

A feira da lua fica localizada na Avenida Alípio Assunção Rosa, paralela com a Avenida Alfredo Sartorelli, no Bairro de Jardim Águia da Castello, Boituva – São Paulo. A feira funciona todas as sextas feira, no horário das 16h 00 min até 22h 30min.

A coleta de dados foi realizada com todos os comerciantes de FVL da feira da lua, eles foram entrevistados por meio um questionário estruturado, com perguntas abertas, as entrevistas foram gravadas e transcritas no dia 10 de maio de 2024, para preservarmos a identidade dos entrevistados foi criada uma estrutura de siglas para identificarmos, conforme apresentado a estrutura no quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura utilizada para coleta e análise dos dados

| Comerciantes FVL | Sigla utilizada para o entrevistado |
|------------------|-------------------------------------|
| Comerciante 1 | C1 |
| Comerciante 2 | C2 |
| Comerciante 3 | C3 |
| Comerciante 4 | C4 |
| Comerciante 5 | C5 |
| Comerciante 6 | C6 |
| Comerciante 7 | C7 |
| Comerciante 8 | C8 |

Fonte: elaborada pelos autores.

2.3 RESULTADOS

O resultado dos dados da pesquisa equivale a metodologia abordada por Martins e Theóphilo (2016) e Yin (2001) usamos a triangulação dos dados, descrevendo a coleta, estratégia e análise dos dados.

A coleta de dados constituiu com o embasamento das entrevistas realizadas com todos os comerciantes de FVL da feira da lua. A primeira parte das entrevistas utilizou a estratégia para identificar por meio das perguntas, quem eram somente comerciantes de FVL e quem eram os agricultores familiares, dando assim a base para descrever a análise dos dados. Nesta primeira etapa das entrevistas foram feitas as seguintes perguntas que se encontra no quadro 2.

Quadro 2 – Perguntas realizadas para todos os comerciantes de FVL

Perguntas

1. Qual a sua idade?
2. Há quanto tempo trabalha na feira da lua?
3. Qual a importância da feira da lua na renda familiar, com a venda dos produtos?
4. Você vende em outros locais, além da feira da lua? Quais?
5. Quais os maiores desafios na comercialização dos seus produtos?
6. Você produz o que vende? Ou você compra para vender?

Fonte: elaborada pelos autores.

A faixa etária dos entrevistados está entre 21 e 62 anos. O que diversifica a hereditariedade de comércio e produção agricultura passado pelas gerações familiares. O C1, C6 e C8 (37,5% dos entrevistados,) trabalham na feira da lua desde o seu início. A feira da lua existe há 8 anos. O C2 trabalha há 5 anos, C4 há 4 anos, C7 há 3 anos e C3 e C5 há dois anos.

De todo o grupo pesquisado o único que não revende em outras feiras é o C5 (12,5% dos entrevistados), ele afirma que trabalha na feira para ter mais contato com os clientes, pois além de terem outras fontes de renda, ele entrega mercadorias para muitos supermercados e hortifrúti do município de Boituva. O C2 e C7 (25% dos entrevistados) vendem exclusivamente nas feiras do município de Boituva, já o C1, C3, C4, C6 e C8 (62,5% dos entrevistados) vendem em Boituva e outros municípios próximos como

Sorocaba, Piedade e Iperó.

Todos os entrevistados afirmam que a feira da lua é de extrema importância para a renda familiar, inclusive o entrevistado C8 disse que revende em 8 feiras durante a semana, em Boituva e em outras cidades, mesmo assim a feira da lua é que mais gera lucro para a sua renda familiar.

Considerando a comercialização de FVL a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), aparece como alternativa dos comerciantes para compra e revenda dos produtos nas feiras locais. A CEAGESP surgiu em 1969, da fusão de duas empresas mantidas pelo governo do Estado de São Paulo: o Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP).

De acordo com as respostas acima identificamos que os entrevistados C1, C2 e C7 (37,5% dos entrevistados) são comerciantes de FVL eles compram os produtos da CEAGESP e de outros agricultores e revendem os produtos. Os entrevistados C3, C4, C5, C6 e C8 (62,5% dos entrevistados) são os agricultores familiares, que produzem parte ou todo os produtos que revendem nas feiras.

O C1, C2 e C7 (3,7,5%) são os comerciantes de FVL, eles reclamam do alto preço dos produtos para a revenda. Pois isso implica na diminuição da venda dos produtos para seus clientes. Eles afirmam que esse é o maior desafio para a comercialização dos seus produtos.

Conforme a Lei 11.326 (2006) é considerada agricultura familiar quando mais da metade da mão de obra que trabalha na propriedade são familiares. E a gestão é realizada pela família.

Para os agricultores familiares que produziam seus produtos demos continuidade com a segunda etapa de perguntas específica para identificar questões reais do dia a dia dos os agricultores familiares da feira da lua, elas foram direcionadas pelas perguntas descritas no quadro 3.

Quadro 3 – Perguntas realizadas aos agricultores familiares da feira da lua**Perguntas**

1. Há quanto tempo trabalha com agricultura familiar?
2. A sua família vive somente da renda da agricultura? Vocês têm outra fonte de renda?
3. Qual a localização da sua propriedade? E o tamanho?
4. Quais as principais atividades produtivas na sua propriedade?
5. Você pratica agricultura convencional ou orgânica?
6. Você recebe algum tipo de apoio ou financiamento para sua atividade agrícola?
7. Quais os problemas que você enxerga em viver da agricultura familiar na sua região?

Fonte: elaborada pelos autores.

O C8, o que corresponde a 20% dos agricultores familiares, passou a trabalhar com a agricultura familiar há 5 anos, enquanto, os demais, 80% trabalham com a agricultura familiar desde a infância e aprenderam a agricultura com a família.

Somente o C5 (20%) vive de outras rendas além da agricultura, os demais 80% vivem exclusivamente da renda da agricultura. O C5 (20%) é o único agricultor que tem a localização da sua propriedade em Boituva, os demais 80% estão em outros municípios como Iperó, Piedade e Ibiúna. As áreas das propriedades variam entre, aproximadamente, 8 a 20 hectares.

Nas atividades agrícolas, destacam-se a produção de frutas, hortaliças e raízes, como a mandioca. O C8 começou a trabalhar com a agricultura após adquirir uma propriedade que já estava plantada com pés de fruta, portanto ele só faz manter o plantio e revede a produção.

Somente o C4 pratica exclusivamente a agricultura orgânica, o C5 pratica orgânica e convencional e todos os outros praticam a agricultura convencional.

Os C4 e C6 (40%) são os únicos que participam de programas do governo, ambos participam do PAA, entretanto, o C6 também vende seus produtos para a prefeitura de Boituva para ser utilizada na merenda escolar. Anteriormente ambos participaram de outros programas do governo, o C4 já participou do PNAE e o C6 já utilizou o Pronaf e o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). De acordo com eles os programas ajudam a aumentar a sua fonte de renda.

Os entrevistados afirmam que os maiores problemas enfrentados é a mudança

climática. Alguns afirmaram que o preço dos insumos está cada vez mais caro, e que muitos usam a agricultura convencional para que as plantações fiquem mais bonitas, mas não gostariam de usar. O C4 o único que tem a agricultura totalmente orgânica, relata que a agricultura convencional é muito mais cara do que a agricultura orgânica, devido ao alto preço da adubação e dos insumos, além de gerar problema de saúde para os produtores e para os seus clientes. O C4 também relatou a falta de pessoas para trabalhar na agricultura, “cada vez mais as pessoas da cidade querem outro tipo de trabalho e a falta de mão de obra na propriedade fica cada vez mais escassa”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível identificar na pesquisa, que muitos dos entrevistados não participam de programas do governo por falta de entendimento de que isso pode melhorar sua fonte de renda, eles precisam preencher muitos formulários e muitas vezes criar projetos o que dificulta a participação deles.

De acordo com o senhor responsável pela divisão de agronegócios, a prefeitura está preparando treinamento com parcerias com outras instituições, sugerimos que o incentivo a participação de programas governamentais seja inserido no treinamento, assim como o incentivo a agricultura orgânica.

Nosso problema em questão foi respondido por todos os entrevistados como a principal fonte de renda ser da feira da Lua. O entrevistado C8 informou que vende em oito feiras ao longo da semana e que a feira da lua é que tem dado o maior lucro para suas vendas, considerando assim a melhor feira não só de Boituva, mas das regiões próximas, onde muitos dos agricultores e os comerciantes também participam das feiras.

O objetivo geral do trabalho foi respondido, dos oitos vendedores de produtos agrícolas, três são somente revendedores os C1, C2 e C7 (37,5%), três são revendedores e produtores os C3, C6 e C8 (37,5%) e os exclusivamente agricultores familiares que só vendem o que plantam são os produtores C4 e C5 (25%).

Os objetivos específicos foram atendidos, realizamos a revisão de literatura, entrevistamos todos os vendedores de Hortifrúti da feira da Lua e analisamos as entrevistas para análise e sugestão de melhorias.

As feiras livres têm grande importância para a comercialização de produtos FVL

e para os agricultores familiares, a maioria das famílias vivem exclusivamente do plantio e venda dos produtos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998. 276p. 2. ed.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149p.
- AZEVEDO, F.; PESSÔA, V.L.S. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: Uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Soc. & Nat.** 23, 3, P. 483-496, 2011.
- BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e Problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. p. 57-103.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.1, 25 jul. 2006.
- BOITUVA. Decreto n° 2.944, de 23 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a aprovação do regulamento das feiras livres no Município de Boituva, Boituva, ed 1581, p. 1-32, 2024. Disponível em <https://www.legislacaodigital.com.br/Boituva-SP/DecretosMunicipais/2944-2024/Arquivos/1>. Acesso: 20 mai. 2024.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar – 2023/Ano 2**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília: FAO/INCRA, 1994.
- FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **La agricultura familiar en América Latina: un nuevo análisis comparativo**. Buenos Aires: FIDA, 2014. Disponível em: <https://mundoroto.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/la-agricultura-familiar-en-amc3a9rica-latina.pdf>. Acesso: 26 mai. 2024.
- FOSSÁ, J.L. & RENK, A.A. (2021). O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos – Unochapecó**, v. 30, n. 54, p. 74-93, 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário – Boituva – 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/boituva/pesquisa/24/27745>. Acesso: 25 mai. 2024.
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **La agricultura familiar en las Américas: principios y conceptos que guían la cooperación técnica del IICA**. San José: IICA, 2016.

- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v. 1.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016. 247p. 2.ed.
- MINNAERT, A. C. S. T. A feira sob um olhar etnográfico, *In*: FREITAS; M., C., FONTES; G., OLIVEIRA; N. **Escritas e narrativas sobre alimentação**. Salvador: EDUFBA, 2008. 128- 148.
- NIEDERLE, P.A.; FIALHO, M.A.V.; CONTERATO, M.A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014.
- PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A., E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 48, 2010, Campo Grande. PCT IICA/MDA. Campo Grande: NEAD, 2010. p. 8-20.
- PONTES, F. A. **Estratégias de produção e comercialização: a trama dos bloqueios e avanços no assentamento Horto Bela Vista Iperó**. 2020. 260f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA, Araraquara, 2020.
- SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.
- VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP, 1991. 240p.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 90p. 2.ed.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 1999. p. 23-56.
- YIN. R. K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Boonkman, 2001. 205p.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os comerciantes FVL e agricultores familiares da feira da lua de Boituva que participaram da pesquisa, à casa de agricultura de Boituva e ao IFSP – Boituva.